



**Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Florestas**

Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas - Conaflor

Ata - 1ª Reunião Ordinária

Parte I – Dia 04 de Fevereiro 2004

Às 14:30 horas do dia 04 de Fevereiro de 2004, no auditório do Hotel Manhattam Plaza, em Brasília, Capital Federal, foi dado início a 1ª Reunião da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, sob a Presidência de João Paulo Capobianco e secretariada por Tasso Azevedo.

1. Abertura

1.1. João Paulo Ribeiro Capobianco - Secretário de Biodiversidade e Florestas, na condição de Presidente da CONAFLO, deu boas vindas e agradeceu a presença de todos em nome da Ministra de Estado Marina da Silva, que não pôde estar presente por compromissos de força maior. Informou que a comissão foi criada através de Decreto Presidencial em 24 de outubro de 2003 com intuito de garantir uma maior representatividade e efetividade em um espaço de discussão de políticas públicas na área florestal, na promoção da conservação e a gestão adequada das florestas nativas e plantadas no Brasil, de forma integrada com a sociedade.

2. Apresentação dos Presentes

2.1. Seguiu-se a apresentação de todos os presentes incluindo membros titulares e suplentes e observadores. O Anexo 1 desta Ata contém a lista de todos os presentes.

3. Regras Provisórias para Reuniões da CONAFLO

3.1. O Presidente encaminhou como primeiro ponto de pauta a aprovação das Regras Provisórias para Reuniões da CONAFLO, a serem utilizadas enquanto o regimento interno não esta aprovado.

3.2. Tasso Azevedo foi encarregado de ler a proposta do regimento interno e a proposta de encaminhamento. Em seguida foi aberta a palavra os membros para se manifestar sobre a proposta de regras. Os seguintes pontos foram alterados e encaminhados:

- item 1.4 - As reuniões serão gravadas e uma ata sumária será preparada pela Diretoria de Florestas e enviada aos membros no prazo de quinze dias após a reunião;

- item 2 - A convocação da segunda reunião deverá ser realizada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, com envio da pauta e respectiva documentação.
- 3.3. Durante o debate sobre as regras provisórias foi questionado o quorum a ser utilizado e foi esclarecido pela Presidência que o Art. 4º, letra C, § 5 do Decreto de criação da CONAFLO define o quorum como maioria absoluta dos membros.

4. Aprovação da Agenda da Reunião

- 4.1. Já sob regime das regras provisórias o Presidente leu a agenda da reunião informando que adaptações no tempo dedicado a cada tema seriam realizadas no decorrer dos dois uma vez que por conta da interrupção da reunião na manhã do dia 05 de fevereiro para a Cerimônia de Instalação da CONAFLO no Palácio do Planalto.

5. Apresentação do Programa Nacional de Florestas e Plano de Metas (Temas de Pauta - 4 e 5)

- 5.1. Tasso Azevedo fez uma apresentação sobre o Programa Nacional de Florestas e o Plano de Metas para o fomento a atividades florestal. No material de leitura dos membros a apresentação correspondia aos textos presentes do Tema de Pauta número 4. O Anexo 3 apresenta o conteúdo da apresentação realizada.
- 5.2. Após a apresentação os membros da comissão levantaram pontos e teceram comentários com destaque para os seguintes temas:
- 5.3. Em seguida foi lido o texto de encaminhamento para o Tema de Pauta (TP) 4 – Programa Nacional de Florestas incluindo a proposta de encaminhamento. O Anexo 4 apresenta o texto final de encaminhamento do tema de pauta.
- 5.4. No início do debate sobre do TP4 o Secretario João Paulo Capobianco precisou se ausentar e passando a Presidência dos trabalhos para o Diretor do Programa Nacional de Florestas Tasso Azevedo que assim seguiu até o final do dia.
- 5.5. Durante a discussão sobre os encaminhamentos sobre o TP4 os seguintes encaminhamentos foram aprovados:
- (a) Comentários e sugestões podem ser enviados para a Diretoria do Programa Nacional de Florestas por e-mail ou fax.
 - (b) Serão disponibilizados todos documentos da pasta por meio eletrônico, via e-mail, junto com o relatório da reunião.
 - (b) Será enviado aos membros da Comissão relação dos convênios do Programa Nacional de Florestas, executados e em execução.
- 5.6. Aprovado os encaminhamentos do TP4 seguiu-se ao leitura do TP5 – Plano de Metas 2004-2007 e respectivas propostas de encaminhamento. O Anexo 5 apresenta o texto final de encaminhamento do TP5.
- 5.7. Tasso Azevedo explicou que para dar concretude e ampliação dos instrumentos de políticas públicas, operados pelo Programa Nacional de Florestas, foi elaborado pela equipe do PNF, em consulta com atores da sociedade, um Plano de Metas para o fomento da atividade florestal sustentável. Este Plano de Meta apresenta duas linhas mestras que

visam orientar as ações de fomento, expansão da base florestal plantada e integrada, com a recuperação de áreas degradadas e expansão da área florestal manejada e integrada, com a proteção de áreas de alto valor para conservação. O plano orienta aplicação dos recursos disponíveis do PNF para o fomento na atividade florestal.

- 5.8. Durante a discussão para os encaminhamentos foram destacados os seguintes pontos: (i) a importância dos mecanismos de descentralização da gestão florestas envolvendo estados e municípios; (ii) a necessidade de se conhecer e considerar no planejamento do PNF os programas e ações planejadas pelos estados na área florestal e vice versa; (iii) a necessidade de se manter o plano sob constante revisão para incorporar as contribuições dos diversos atores do setor florestal representados na CONAFLORE; (iv) a importância de se desenvolver atividades específicas para extrativismo de Caraúba e Babaçu; (v) incluir o tema de florestas urbanas no contexto do PNF.

Ainda durante as intervenções foram feitos informes sobre o envio do Projeto de Lei de criação do Fundo Floresta e Ciência e Tecnologia pelo MCT e sobre os Fóruns de Competitividade de Madeira e Móveis e Papel e Celulose coordenados pelo MDIC.

- 5.9. Os seguintes encaminhamentos foram acordados:

- (a) O Plano de Metas será revisto por todos os membros que poderão enviar seus comentários e sugestões até o final do mês de março.
- (b) A Diretoria do PNF revisará as propostas, redigirá uma nova versão do Plano de Metas e o distribuirá aos membros da CONAFLORE com antecedência de 15 dias 3 reunião da CONAFLORE.

Durante a terceira reunião da CONAFLORE poderão ser incluídas apresentações dos representantes da ABEMA sobre os programas florestais dos estados em cada uma das regiões representadas.

- 5.10. Outros compromissos foram assumidos durante a discussão do TP5:

- (a) A Secretaria Executiva disponibilizará em formato eletrônico todo o material constante na pasta da 1ª reunião.
- (b) A Secretaria Executiva preparará uma lista de todos os projetos executados e em execução do Programa Nacional de Florestas desde sua criação em 2000.
- (c) O MCT disponibilizará o Projeto de Lei de criação do Fundo Florestal e Ciência e tecnologia.
- (d) O MDIC disponibilizará material informativo sobre os Fóruns de Competitividade de Madeira e Móveis e de Papel e Celulose.

- 5.11. Após o Tasso Rezende, discorreu resumidamente sobre a cerimônia de abertura formal da CONAFLORE no Palácio do Planalto, encerrando a sessão às 17:50 horas.

Parte II – Dia 05 de Fevereiro 2004

Às 14:20 horas do dia 05 de Fevereiro de 2004, no auditório do Hotel Manhattan Plaza, em Brasília, Capital Federal, deu-se o reinício da 1ª Reunião da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, sob a Presidência de João Paulo Capobianco e secretariada por Tasso Azevedo.

6. Regimento Interno (Tema de Pauta 6)

- 6.1. O Presidente abriu a reunião tecendo breves comentários sobre a Cerimônia de Instalação da CONAFLOR realizada pela manhã e sem seguida solicitou a Tasso Azevedo que apresentasse o Decreto de Criação da CONAFLOR.
- 6.2. Tasso Azevedo primeiro explicou que na pasta constava o decreto de criação do PNF (divisão cinza), Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2004, incluindo as alterações decorrentes do Decreto nº 4.684, de 24 de outubro de 2003, que instituiu a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Floresta. Fez então uma leitura dos principais artigos. Em seguida destacou a proposta de regimento interno constante no TP6.
- 6.3. Foi aberta uma seqüência para os comentários dos membros da Comissão, com os seguintes destaques e esclarecimentos:
 - Sobre a natureza consultiva da CONAFLOR - A Comissão tem poderes para criar um espaço de debate, absolutamente aberto, franco e com a perspectiva de aconselhar, e orientar, ficando evidentemente que não compete deliberar como o governo vai apoiar ou decidir determinadas ações, do ponto de vista formal, mas, ao criar e empossar dá um sinal claro que a comissão terá um enorme peso sobre a decisão de governo. Essa experiência é que irá permitir que a comissão evolua para um conselho de característica diretiva;
 - Sobre as decisões da CONAFLOR - A idéia é que a Comissão busque consenso, se tem divergências, ou opiniões conflituosas, que sejam debatidas até a possibilidade de deliberação e se necessário votação para se saber exatamente como pensa a maioria da Comissão. Dado seu caráter consultivo as deliberações da CONAFLOR envolvem proposições, recomendações e moções.
- 6.4. Em seguida foram lidos por Tasso Azevedo os encaminhamentos propostos para o TP 6 (regimento interno). O Anexo 6 apresenta o texto final de encaminhamento do TP6.

Os seguintes encaminhamentos foram aprovados:

- (a) Os membros levam o Regimento Interno para análise e discussão com seus pares e enviam sugestões e propostas de alteração por escrito a Diretoria do PNF no prazo de 30 dias.
- (b) A Diretoria do PNF apreciará as sugestões apresentadas e elaborará a segunda versão da minuta que será enviada aos membros antes da 2ª reunião da CONAFLOR.
- (c) Durante a 2ª reunião do CONAFLOR o Regimento Interno deverá ser debatido, votado e aprovado.

7. Gestão de Florestas Públicas (Tema de Pauta 7)

- 7.1. Em seguida o Presidente anunciou a passagem para o Tema de Pauta 8 – Gestão de Florestas Públicas e solicitou a Tasso Azevedo que apresentasse o TP8.
- 7.2. Tasso Azevedo apresentou fez a leitura do texto de contextualização do Tema de Pauta 8 e logo após a proposta de encaminhamento (ver texto final no [anexo 7](#)). Salientou que a primeira versão do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, tratado no TP8, estará disponível no dia 16 de Fevereiro, após o Seminário Internacional de Gestão de Florestas Públicas a ser realizado entre 12 e 14 de Fevereiro em Belém e que todos os membros da CONAFLORE vão receber por e-mail a primeira versão do PL. Informou por fim a intenção de ter o marco regulatório para gestão das florestas definido até o final do primeiro semestre de 2004.
- 7.3. Em seguida o Presidente fez algumas considerações obre os problemas com a grilagem de terras públicas para o manejo florestal e desmatamento e a necessidade de se ter um marco regulatório para gestão de florestas públicas como um dos instrumentos fundamentais para desencorajar tais ilegalidades.
- 7.4. Em seguida foi realizado intervalo para o café e no retorno a palavra foi franqueada aos participantes para suas considerações. Os principais pontos levantados foram: (i) A necessidade urgente de um debater o tema do ordenamento territorial; (ii) atentar para o risco de o debate da Gestão Florestal ser associado ou “lincado” com tentativas de alterar o código florestal; (iii) importância da participação dos estados nos subgrupos a serem criados na CONAFLORE; (iv) urgência de estabelecer o marco regulatório como condição para se tratar da solução de transição para os casos de planos de manejo florestal em andamento em terras públicas.
- 7.5. Durante o debate **Eirivelthon Santos Lima**, do IPAM, leu e entregou ao Presidente uma carta redigida pelo GT Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimento Sociais na qual estressa a importância do projeto e a necessidade de um processo de discussão transparente, inclusivo e abrangente de debate com a sociedade (no [anexo 8](#) está o texto da carta na íntegra).
- 7.6. Foram tomados os seguintes encaminhamentos:
 - (a) Os membros revisarão os relatórios do Grupo de Trabalho do Projeto de Lei e enviarão comentários para a Diretoria do Programa Nacional de Florestas.
 - (b) Será formada uma comissão de 4 membros não governamentais da CONAFLORE e 1 representante da ABEMA para acompanhar o processo do GT do PL¹.
 - o 1 membro do setor empresarial
 - o 1 membro do grupos sociais
 - o 1 membro de ONG
 - o 1 membro de academia e entidades profissionais
 - o 1 membro da ABEMA
 - (c) A Comissão do CONAFLORE participará do Seminário Internacional de Gestão de Florestas Públicas (12 a 14 de Fevereiro, Belém) e da reunião das reuniões do Grupo de Trabalho do PL de Gestão de Florestas Públicas.

¹ Ao final da reunião os nomes indicados foram: Setor empresarial – Wagner Krombauer (UNIFLORE); Grupos Sociais – Francisco Rosquilde (CONTICOM); ONG – Eirivelthon Lima (IPAM); Academia e Entidades Profissionais – Carlos Bantel (SBEF); ABEMA – Raimundo Deusdará (ABEMA-Norte).

- (d) A Comissão fará um relato independente do processo do PL de Gestão de Florestas Públicas na 2ª reunião da CONAFLOOR.
- (e) A Diretoria do PNF providenciará para que todas as agendas e atas de reunião do GT do PL seja enviada a todos os membros titulares e suplentes da CONAFLOOR para que possam enviar seus comentários e sugestões.

8. Temas não debatidos

- 8.1. Devido o adiantado da hora e o compromisso de encerrar a reunião pontualmente as 17:00 hs, alguns temas de pauta não puderam ser tratados e foram assim encaminhados:

TP 8. Empréstimo junto ao Banco Mundial para apoiar a Implementação do PNF

– o Brasil tem uma carta consulta assinada com o Banco Mundial para um empréstimo de US\$ 100 milhões para implementação do PNF. Para que o empréstimo possa ser realizado é preciso preparar um projeto detalhado e para tanto vários estudos preliminares são necessários. O Governo Brasileiro conseguiu apoio do Governo do Japão no valor de US\$ 805.000,00 para financiar tais estudos. Para contratar os estudos estão sendo preparados Termos de Referência para os quais o PNF gostaria de ter as contribuições da CONAFLOOR.

Encaminhamento: O PNF preparará as primeiras versões dos Termos de Referência e apresentará na próxima reunião da CONAFLOOR para receber comentários e sugestões.

TP 9. Agenda Internacional – O Brasil participa de uma série de fóruns internacionais de debate sobre o tema florestal incluindo o Fórum de Florestas das Nações Unidas (UNFF), Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura (FAO), Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Tratado de Cooperação Amazônica entre outros. As posições brasileiras nestes fóruns tem tido historicamente pouca participação social. A diretoria do PNF quer aumentar a participação a partir da CONAFLOOR.

Encaminhamento: O tema voltará a pauta na 2ª reunião da CONAFLOOR.

9. Encaminhamentos Finais e Encerramento

- 9.1. Foi decidido que a 2ª reunião da CONAFLOOR acontecerá nos dias 4 e 5 de Março de 2004 em Brasília e terá em pauta: (i) Regimento Interno; (ii) Gestão de Florestas Públicas; (iii) Empréstimo junto ao Banco Mundial; (iv) Agenda Internacional.
- 9.2. Sendo que não havia mais nada a ser tratado o Presidente encerrou a reunião as 17:00hs.

Esta Ata Sumária foi preparada pelo Diretoria do Programa Nacional de Florestas e apresentada aos membros da CONAFLOOR para comentários e sugestões.

A Reunião foi gravada e transcrita estando respectivos registros arquivados junto a Secretaria da CONAFLOOR.

* * *

Anexo 1. Lista dos Participantes da Reunião conforme apresentação realizada no dia 04 de Fevereiro de 2004.

Membros

Nome	Entidade	Setor Representado
José Roberto Postalli Parra	Diretor da Escola Superior de Cultura Luiz de Queirós, Piracicaba	ABC
Mauro Valdir Schumacher	Professor da Universidade Federal de Santa Maria, indicado pela Academia Brasileira de Ciências	ABC
Fernando Antônio Souza Bemerguy	Presidente da ABEAS - Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior	ABEAS
Pedro Roberto Madruga	Professor da Universidade Federal de Santa Maria, na condição de Suplente	ABEAS
Henrique Moreira de Melo Silva	Estudante de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa e Membro da Coordenação Nacional da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal	ABEEF
Giampaolo Marchesini,	Gerente da ABEMA e Secretário de Meio Ambiente de Santa Catarina	ABEMA–Sul
Girolamo Domenico Treccani	Assessor Jurídico da FASE e FETRAGRI	CONTAG
Vitor Afonso Hoeflich	Professor da Universidade Federal do Paraná	EMBRAPA
Marcelo Calazans	FASE/ES representando a Rede Alerta Contra o Deserto Verde	FBOMS
Oscar Arruda D'alva	Instituto Sertão, representando a ASA - Articulação do Semi-Árido	FBOMS
Luiz Carlos Lózio	Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (ABIA)	Fármacos, Cosméticos e Alimentos
Rosângela Maria Mancini Hernandes	Diretora de Meio Ambiente da ABIHPEC	Fármacos, Cosméticos e Alimentos
Joaquim Correa de Souza Belo	Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiro	Extrativistas
Uilton Tuxá	Coordenador da APOEME	COAIB
Roberto Smeraldi	Diretor da ONG Amigas da Terra	FBOMS
José Rubens Pereira Gomes	Grupos de Trabalho Amazônico	FBOMS
Eirivelthon Santos Lima	IPAM – Instituto de Pesquisas Ambientais	FBOMS
Fernando Castanheira	Executivo do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal	Madeira Sólida
Antônio Carlos Hummel	Diretor de Florestas	IBAMA
Adalberto da Costa Meira Filho	Diretor Adjunto de Florestas	IBAMA
Pedro Aranha	Verdes - Movimento de Ecologia Socia	FBOMS
Ana Cristina Barros	Instituto de Conservação Ambiental TNC do Brasil	FBOMS
Raquel Porto Mendes Fonseca	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos	Ministério do Planejamento
Afonso Celso	Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior	Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior
Aneli Dacas Franzmann	Diretora do Departamento de Mão-de-obra Intensiva e Recursos Naturais	Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior
Luiz Carlos de Miranda Joels	Coordenador Geral de Meio Ambiente do Ministério da Ciência e Tecnologia	Ministério da Ciência e Tecnologia
Regina Pekelmann Markus -	Secretária da Secretaria de Estudos e Projeto de Pesquisa do MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
Nelson Barboza Leite	Gerência de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas – Diretoria do PNF – Secretaria de Biodiversidade e Florestas	Ministério do Meio Ambiente
Carlos Adolfo Bantel	Presidente da Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais	SBEF
Glauber Sumar Pinheiro	Presidente da Associação dos Profissionais de Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro	SBEF
Rubens Teodoro da Costa	Presidente da ACESITA Enérgica de Minas Gerais representando a ABRACAVE.	Carvão, Lenha e Energia
César Virgílio Oliveira Gonçalves	Presidente da Associação Nacional da Indústria Cerâmica - ANICER	Carvão, Lenha e Energia
Afrânio César Migliari	FARESP – Federação das Associações de Reposição Florestal do Estado de São Paulo	Silvicultores e Manejadores de Florestas
Rubens Cristiano Damas Garlipp	Superintendente da Sociedade Brasileira de Silvicultura	Silvicultores e Manejadores de Florestas
Francisco Rosquilde Pessoa Araújo	Sindicato Madeireiro de Itacoatiara Amazonas	CONTICOM
Antônio Lopes de Carvalho	Coordenação Nacional da CONTICOM	CONTICOM

Eduardo Monteiro Fagundes	Diretor Executivo da ARESB – Associação dos Resinadores do Brasil	Óleos e Resinas
Adalgiso Telles	Diretor da Bunge Brasil – representando a ABIOVE – Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais	Óleos e Resinas
Maurício Carvalho de Oliveira		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Mauro Antônio Moraes Victor	Pesquisador Científico da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo	SBPC
José Otávio Brito –,	Professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais, na condição de convidado	[Convidado]
Paulo Sérgio Pellegrini	Representando o Governo do Estado de Bahia	ABEMA Nordeste
Humberto Candeias Cavalcanti	Diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais	ABEMA Sudeste
Raimunda Gomes da Silva	Trabalhadora rural extrativista, e membro da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista.	Extrativista
Patrícia Ramos Mendonça		Ministério da Educação
Virgílio Maurício Viana	Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas	ABEMA Norte
Raimundo Deusdará Filho	Secretário Executivo da SDS Amazonas	ABEMA Norte
Roseane Dil Donati	Superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira – ABIPA	Chapas, Celulose e Papel
José Carlos Carvalho	Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais	ABEMA Sudeste
Tasso Rezende de Azevedo	Diretor do Programa Nacional de Florestas	Ministério do Meio Ambiente.

Convidados

Carlos Leal	Conselho Nacional de Seringueiros	[Convidado]
Donald Sawyer	Rede Cerrado de ONG's	[Convidado]
Lady Aquino	Presidente do GTA Grupo de Trabalho Amazônico	[Convidado]
Joberto de Freitas	Universidade Federal da Amazônia	[Convidado]
Paulo Finner	Universidade Estadual Paulista	[Convidado]
Amantino Ramos de Freitas	Presidente da SBS	[Convidado]
Durval Freire de Carvalho Olivieri	Representando o Governo do Estado de Bahia	ABEMA Nordeste

Anexo 2 – Texto Aprovado das Regras Provisórias para as Reuniões da CONAFLOR

Regras Provisórias para as reuniões da CONAFLOR

1 - O Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, na condição de Presidente da CONAFLOR, conforme definido no Decreto 3420 de 20 de abril de 2000, alterado pelo Decreto 4864 de 24 de outubro de 2003, propõe as seguintes regras para o funcionamento da CONAFLOR em sua primeira reunião e até que seja aprovado o regimento interno:

1.1 - Não será submetida nenhuma proposição, recomendação ou moção ao plenário da CONAFLOR, exceto a aprovação da proposta do regimento interno;

1.2 - Durante a primeira reunião da CONAFLOR os temas colocados em pauta poderão ser objeto de discussão e as decisões serão tomadas apenas em relação ao processo de análise e consulta;

1.3 - As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente além do voto pessoal, o de qualidade nos termos do Decreto de criação;

1.4 - As reuniões serão gravadas e uma ata sumária será preparada pela Diretoria do Programa Nacional de Florestas e enviada aos membros da CONAFLOR no prazo de quinze dias após a reunião.

2 - A convocação da segunda reunião será realizada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência com o envio da pauta e respectiva documentação.

3 - A Diretoria do Programa Nacional de Florestas atuará como Secretaria Executiva da Comissão sobre coordenação do seu diretor que se responsabilizará por organizar as reuniões da CONAFLOR, bem como respectivas atas.

4 - As questões omissas serão resolvidas pelo Presidente “.

Anexo 3 – Conteúdo da Apresentação do Programa Nacional de Florestas (tema de pauta número 4).

Programa Nacional de Florestas

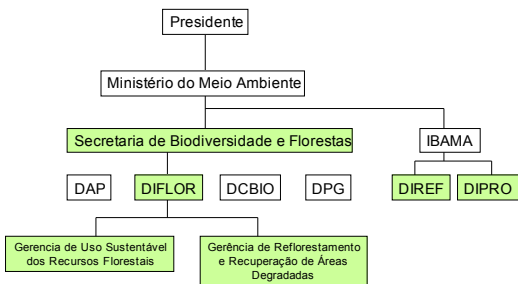


Programa de articulação das ações do governo federal com relação ao manejo das florestas brasileiras envolvendo 10 ministérios.

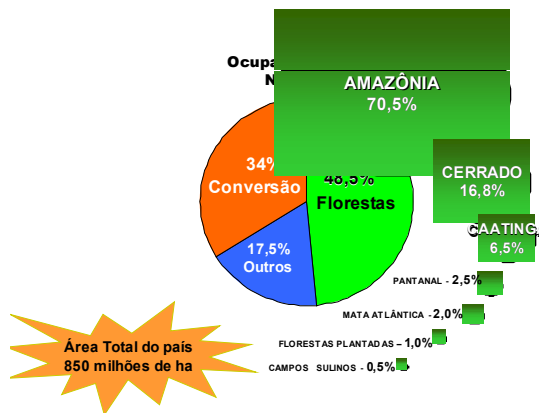
MMA, MDA, MAPA, MDIC, MPOG, ME, MTE, MCT, MIR, MME



• Coordenação



VISÃO GERAL DAS FLORESTAS



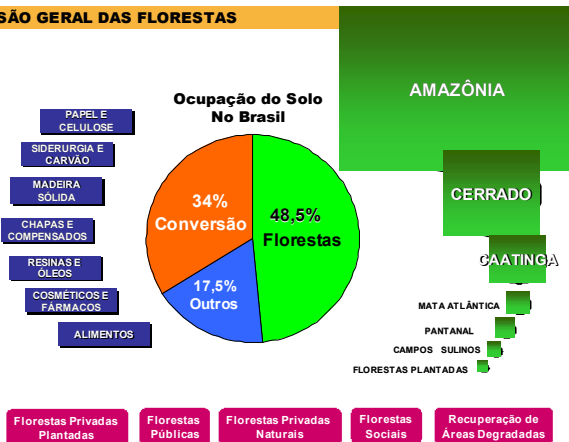
Cadeias Produtivas e Importância Econômica (2002)



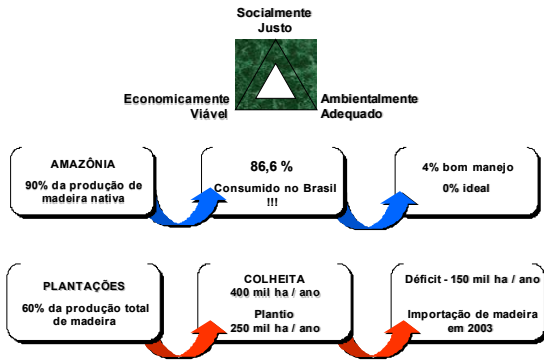
Contribuição para Balança Comercial em 2002 (Bilhões de US\$)

	Setor Florestal	Brasil	%
Exportações	US\$ 4,3 bi	US\$ 60	7,1
Importações	US\$ 0,6 bi	US\$ 47,2	1,3
Saldo	US\$ 3,7 bi	US\$ 13,1	28,2

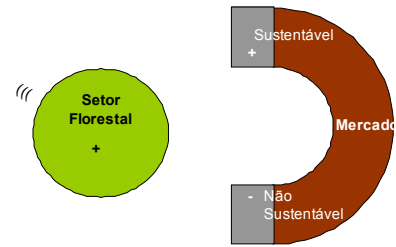
VISÃO GERAL DAS FLORESTAS



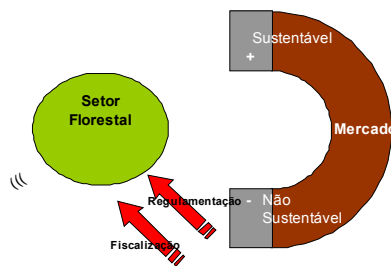
M I S S Ã O
 "Promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação dos recursos florestais."



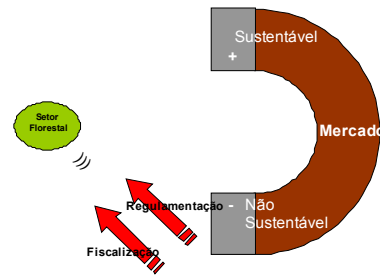
Políticas Públicas para Setor Florestal



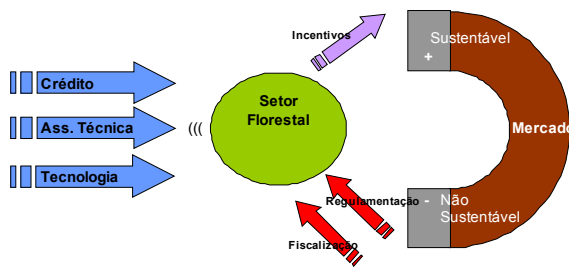
Políticas Públicas para Setor Florestal



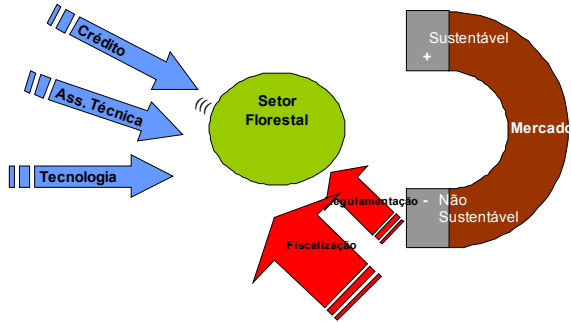
Políticas Públicas para Setor Florestal



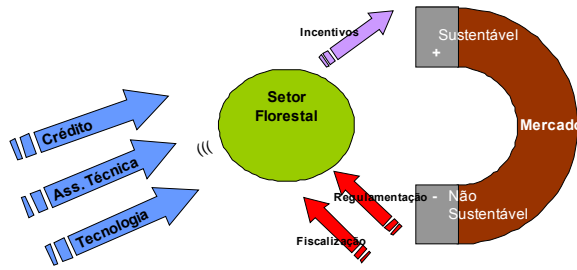
Políticas Públicas para Setor Florestal



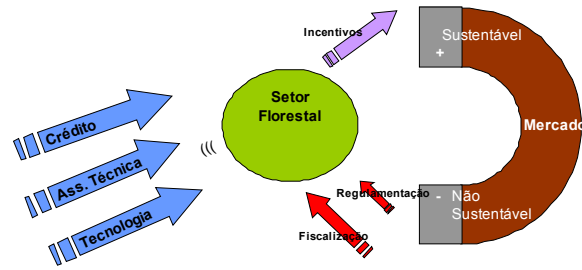
Políticas Públicas para Setor Florestal



Políticas Públicas para Setor Florestal



Políticas Públicas para Setor Florestal



INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA APLICADOS NOS DIFERENTES SEGMENTOS FLORESTAIS

	FLORESTA PLANTADA	FLORESTAS PÚBLICAS	FLORESTAS NATIVAS PRIVADAS	FLORESTAS SOCIAIS	ÁREAS EM RECUPERAÇÃO
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	✓	○	○	○	✗
TECNOLOGIA	✓	○	○	○	✓
CRÉDITO	○	✗	✗	○	✗
INCENTIVOS	○	✗	✗	○	✗
ACESSO AO RECURSO	✓	✗	○	○	~
REGULAMENTAÇÃO	○	✗	○	○	○
MONITORAMENTO E CONTROLE	✓	○	✗	○	✗
Σ	DÉFICIT 150.000 ha / ano	- INVASÃO + USO SUSTENT. INSIGNIFICANTE	90% PREDATÓRIO	- PARTICIP. BERRIGRA NOMEADO - USO NÃO SUSTENTÁVEL	ÁREA ANUALMENTE RECUPERADA INSIGNIFICANTE

AÇÕES / PROJETOS / ATIVIDADES PARA DIFERENTES SEGMENTOS FLORESTAIS

	FLORESTA PLANTADA	FLORESTAS PÚBLICAS	FLORESTAS NATIVAS PRIVADAS	FLORESTAS SOCIAIS	ÁREAS EM RECUPERAÇÃO
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	Edital Castiça Edital Mata Atlântica Edital Curatório	CENAFLO	CENAFLO	CENAFLO Tratamento: Estacionárias MDA	CENAFLO
TECNOLOGIA	Fundo Setorial SNF	Estudos Estratégicos Projeto Plano Floresta Fundo Setorial	Fundo Setorial SNF Estudos Estratégicos	Fundo Setorial SNF Estudos Estratégicos	Fundo Setorial SNF
CRÉDITO	PROFLORA Prorata Florestal	PRO-Floresta Edital Planos de Manejo	PRO-Floresta	PROFLORA Prorata Florestal	Edital Mananciais
INCENTIVOS	Certificação Reposição Florestal	Certificação Reforma Tributária	Certificação Reforma Tributária	Certificação Reforma Tributária	PROAMBIENTE
ACESSO AO RECURSO		Criação de Floresta	Regularização Fundiária		
REGULAMENTAÇÃO	Desburocratização Planta - Topo de Morro	PLC Concessões	Reposição Florestal RM Manejo Mogno e CITES	Reposição Florestal RM Manejo Mogno e CITES II	Reposição Florestal
MONITORAMENTO E CONTROLE		Sistema de Controle SATÉLITE	Sistema de Controle SATÉLITE	Sistema de Controle SATÉLITE SIGDNO	
Σ	Capacidade de plantar 450.000 ha de forma sustentável	50 milhões ha Definir Marco Legal para Manejo	30% bem Manejado	TRIPlicAR ÁREA BEM MANEJADA	CAPACIDADE DE RECUPERAR 50.000 ha / ano

Programa de Fomento ao Setor Florestal 2004-2007

- **Ação Estratégica 1:** Expansão da Base Florestal Plantada consorciada com a recuperação de áreas degradadas.
- **Ação Estratégica 2:** Expansão da área florestal manejada consorciada com proteção de áreas de alto valor para conservação.

- **Ação Estratégica 1:** Expansão da Base Florestal Plantada consorciada com a recuperação de áreas degradadas.

Demandas:

Econômica: ampliação da base florestal para eliminar o déficit de 200 mil há

Ambiental: Recuperação de áreas degradadas

Social: Geração de emprego e renda na pequena e média propriedade rural.

Programa de Fomento ao Setor Florestal 2004-2007

• Ação Estratégica 1: Expansão da Base Florestal Plantada consorciada com a recuperação de áreas degradadas.

Meta:

- Plantio de 800.000 ha (200.000 ha/ano) em pequena e média propriedade rural até 2007.
- Plantio de 1.200.000 ha (300.000 ha/ano) através de programas empresariais comprovadamente sustentáveis.
- Recuperação de 200.000 ha de florestas (50.000 ha/ano) até 2007.

• Ação Estratégica 2: Expansão da área florestal manejada consorciada com proteção de áreas de alto valor para conservação.

Demandas:

Ambiental: Promover a conservação e uso sustentável da floresta para reduzir taxa de desmatamento.

Social: demanda social para o uso da floresta como fonte de geração de renda e trabalho.

Econômica: abastecimento da indústria florestal com insumos vindo de áreas manejadas que permitam a perenização dos pólos de produção.

• Ação Estratégica 2: Expansão da área florestal manejada consorciada com proteção de áreas de alto valor para conservação.

Meta:

- Agregar **15 milhões de hectares** de florestas naturais (em áreas públicas e/ou privadas) em regime de produção florestal sustentável consorciando produtos madeireiros e não madeireiros para abastecimento de **30% da demanda industrial nacional**.
- Assegurar que **1/3 da produção florestal sustentável seja proveniente de florestais sociais** (produção familiar, comunitária, extrativista etc).

• Síntese

Investimento Direto + Crédito	Impactos em 4 anos		
	Social	Ambiental	Econômico
Plantações e Recuperação de Áreas Degradadas. Invest. R\$ 144 milhões Créd. R\$ 815 milhões	• 200 mil pequenos produtores beneficiados • 20 mil empregos na cadeia de produção.	• 60 mil ha ou 30 mil km de mata ciliar recuperada. • 140 mil ha de áreas de reserva legal recuperadas.	• 200 milhões de m3 de madeira • US\$ 15 bilhões de exportação • US\$ 3 bilhões de impostos.
Manejo e Conservação de Florestas Naturais Invest. R\$ 50,7 milhões Créd. R\$ 1.350 milhões	• 100 mil empregos na atividades floresta e cadeia de produção primária. • 30 mil famílias inseridas na cadeia de produção.	• 2 milhões de ha protegidos • 15 milhões de ha bem manejados	• 40 milhões de m3 de tora. • US\$ 2 bilhões em produtos primários.

• Foco de 2004

Crédito

- FNO Florestal
- PRONAF Florestal
- PROPFLORA

Informação, Pesquisa e Tecnologia

- SINFOR - Sistema Nacional de Informação Florestal
- FUNDO SETORIAL FLORESTAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

• Foco de 2004

Assistência Técnica

- SIMOVE – Sistema Modular de Implementação e Verificação de Manejo
- CENAFLO – Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (out 2003).
- ATER – Treinamento de 1500 técnicos de assistência técnica rural em Manejo Florestal.

Regulamentação

- PL Gestão das Florestas Públicas
- Normatização do licenciamento
- Reposição Florestal.
- Assentamentos Florestais (PAF)
- Controle de Exportação

Anexo 4 – Documento Final do Tema de Pauta 4 – Relatório 2003 do PNF

Tema de Pauta: Relatório 2003 do PNF

1ª Reunião
04 de Fevereiro de 2004

Contexto:

- O Programa Nacional de Florestas foi criado em 2000. Durante o primeiro ano do atual governo o PNF foi reorganizado focando suas linhas temáticas nos instrumentos de políticas públicas.
- Foi elaborado um relatório que apresenta a lógica de intervenção do Programa Nacional de Florestas bem como as ações em trabalhadas em 2003.

Anexos:

Relatório 2003 do PNF

O que temos para decidir:

n.a.

Encaminhamento Aprovado:

1. Comentários e sugestões podem ser enviados para a Diretoria do Programa Nacional de Florestas por e-mail ou fax.
2. Serão disponibilizados todos documentos da pasta por meio eletrônico, via e-mail, junto com o relatório da reunião.
3. Será enviado aos membros da Comissão relação dos convênios do Programa Nacional de Florestas, executados e em execução.

Anexo 5 – Documento Final do Tema de Pauta 5 – Plano de Metas 2004 - 2007

Tema de Pauta: Plano de Metas 2

1ª Reunião
04 de Fevereiro de 2004

Contexto:

- Para dar concretude a aplicação dos instrumentos de políticas públicas operados pelo Programa Nacional de Florestas foi elaborado pela equipe do PNF em consulta com diversos atores na sociedade um Plano de Metas para o fomento da atividade florestal sustentável.
- Este plano de metas apresenta duas linhas mestras que visam orientar as ações de fomento (i) Expansão da Base Florestal Plantada integrada com a recuperação de áreas degradadas e (ii) Expansão da área florestal manejada integrada com proteção de áreas de alto valor para conservação.
- O plano orienta a aplicação dos recursos disponíveis no PNF para fomento a atividade florestal.

Anexos:

Plano de Fomento Florestal 2004-2007

O que temos para decidir:

Propostas e recomendações para o Plano de Metas do PNF no Fomento a Atividades Florestal.

Encaminhamento Aprovado:

1. O Plano de Metas será revisto por todos os membros que poderão enviar seus comentários e sugestões até o final do mês de março.
2. A Diretoria do PNF revisará as propostas, redigirá uma nova versão do Plano de Metas e o distribuirá aos membros da CONAFLORE com antecedência de 15 dias da 3ª reunião.

Anexo 6 – Documento Final do Tema de Pauta 6 – Regimento Interno

Tema de Pauta: Proposta Regime

1ª Reunião
04 de Fevereiro de 2004

Contexto:

- O CONAFLORE precisa definir o regimento interno para seu funcionamento. A primeira reunião é realizada com uma regra provisória que perdurará até a aprovação do Regimento Interno.
- O regimento interno será publicado através de portaria da Ministra do Meio Ambiente.
- Foi elaborada pela equipe do Programa Nacional de Florestas uma minuta de regimento interno para discussão. Esta minuta segue em anexo e esta disponível no formato eletrônico no CD incluído do material desta reunião.

Anexos:

- Proposta de Regimento Interno

O que temos para decidir:

- Forma e prazos para discussão e aprovação do Regimento Interno.

Encaminhamento proposto:

1. Os membros levam o Regimento Interno para análise e discussão com seus pares e enviam sugestões e propostas de alteração por escrito a Diretoria do PNF no prazo de 30 dias.
2. A Diretoria do PNF apreciará as sugestões apresentadas e elaborará a segunda versão da minuta que será enviada aos membros antes da 2ª reunião da CONAFLORE.
3. Durante a 2ª reunião do CONAFLORE o Regimento Interno deverá ser debatido, votado e aprovado.

Anexo 7 – Documento Final do Tema de Pauta 7 – Gestão de Florestas Públicas.

Tema de Pauta: Gestão de Florestas Públicas

Contexto:

- Uma parcela importante das florestas brasileiras estão em terras públicas (áreas em que não existem títulos definitivos com cadeia dominial que leve ao destaque do patrimônio público).
- Na Amazônia, onde estão cerca de 70% das florestas brasileiras estima-se que quase 75% das terras sejam públicas (incluindo as UCs e TI).
- Parte da ocupação das terras públicas é realizada por comunidades tradicionais que precisam ser regularizadas e tem o direito legal de regularização.
- Por outro lado uma parte expressiva das áreas públicas tem sido objeto de ocupação ilegal e grilagem que tem levado ao desmatamento e ao saque do patrimônio natural do país.
- Historicamente as terras públicas tem sido destinadas ao uso a partir de processos de alienação do patrimônio público. Este processo, na maioria das vezes irreversível não garante a conservação da floresta.
- Outros setores da economia que tem como base bens e serviços públicos possuem regulamentação específica como mineração, petróleo, água, energia e transportes entre outros.
- É preciso regulamentar a Gestão das Florestas Públicas para produção no Brasil, de forma a garantir a sua conservação e a geração de benefícios sociais e econômicos.
- O Grupo Interministerial de Combate ao Desmantamento aponta o projeto de lei para gestão de florestas públicas como uma das medidas estruturantes emergenciais para a manutenção das florestas.
- Um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA e envolvendo vários ministérios (ex. MDA, MIN, MPOG), representantes dos estados, empresas, ONGs e movimentos sociais esta desenvolvendo uma propostas de Projeto de Lei para Gestão de Florestas Públicas a ser encaminhado ao Congresso Nacional na primeiro trimestre de 2004.

Anexos:

- (c) Relatórios da 1ª e 2ª reunião do Grupo de Trabalho do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas.
- (d) CD com todos os materiais disponibilizados para o GT do PL.

O que temos para decidir:

- (e) Definir a forma de participação da CONAFLO no processo de desenvolvimento da Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Encaminhamento proposto:

- a. Os membros revisarão os relatórios do Grupo de Trabalho do Projeto de Lei e enviarão comentários para a Diretoria do Programa Nacional de Florestas.
- b. Será formada uma comissão de 4 membros não governamentais da CONAFLO e 1 representante da ABEMA para acompanhar o processo do GT do PL.
 - i. 1 membro do setor empresarial
 - ii. 1 membro do grupos sociais
 - iii. 1 membro de ONG
 - iv. 1 membro de academia e entidades profissionais
 - v. 1 membro da ABEMA

- c. A Comissão do CONAFLOR participará do Seminário Internacional de Gestão de Florestas Públicas (12 a 14 de Fevereiro, Belém) e da reunião das reuniões do Grupo de Trabalho do PL de Gestão de Florestas Públicas.
- d. A Comissão fará um relato independente do processo do PL de Gestão de Florestas Públicas na 2ª reunião da CONAFLOR.
- e. A Diretoria do PNF providenciará para que todas as agendas e atas de reunião do GT do PL seja enviada a todos os membros titulares e suplentes da CONAFLOR para que possam enviar seus comentários e sugestões.

Anexo 8 – Carta do GT Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais entregue durante a 1ª Reunião da CONAFLO.

“As instituições integrantes do GT floresta do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o meio-ambiente e desenvolvimento, reunidas nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2004, em Brasília - Distrito Federal, baseadas no acúmulo de informações e na atuação dessas instituições, em relação à política florestal brasileira, manifestam sua preocupação em relação ao processo de elaboração do Projeto de Lei sobre gestão de florestas públicas que está sendo conduzido pela diretoria de florestas do Ministério do Meio Ambiente.

As dimensões e conseqüências dessa PL para o setor florestal são de tal magnitude que exigem um amplo debate com todos os atores interessados, sendo relevante não só para a política florestal, mas os problemas críticos como relativos à questão fundiária, tema central para o ordenamento territorial do país.

O período previsto entre a elaboração e o envio da proposta ao Congresso Nacional não permite um processo aprofundado de discussão dos diversos aspectos desse tema. É fundamental que a sociedade possa ser adequadamente informada e envolvida nesse debate, considerando, principalmente, a densidade de questões cruciais e as implicações da proposta no atual arcabouço institucional existente, uma vez que prevê, inclusive, a criação de uma agência nacional de florestas.

Desta forma consideramos fundamental que o Ministério do Meio Ambiente aprofunde a discussão de tal modo que o anteprojeto constitua uma proposta consciente e adequada à dimensão e a relevância dos problemas que pretende solucionar; contando com o apoio dos diversos setores da sociedade no processo de tramitação do Congresso Nacional.”